

Auditoria Compartilha - Edição nº 009/2020

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Setembro

NORMATIVOS INTERNOS

Portarias

AJUSTE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

[Portaria nº 2232, de 18 de Setembro de 2020](#)

Reitoria

[Portaria nº 2233, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Aracaju

[Portaria nº 2234, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Estância

[Portaria nº 2235, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Itabaiana

[Portaria nº 2236, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Propriá

[Portaria nº 2237, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Glória

[Portaria nº 2238, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Socorro

AJUSTE DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

[Portaria nº 2239, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Tobias Barreto

[Portaria nº 2240, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus Lagarto

[Portaria nº 2241, de 18 de Setembro de 2020](#)

Campus São Cristóvão

TELETRABALHO.

[Portaria nº 2058, de 09 de Setembro de 2020](#)

Regime de trabalho remoto para os servidores, empregados públicos e estagiários no âmbito do IFS.

[Portaria nº 2108, de 10 de Setembro de 2020](#)

Retifica a Portaria nº 2.058/2020.

[Portaria nº 2192, de 17 de Setembro de 2020](#)

Altera a Portaria nº 2.058/2020.

Conselho Superior

EMPRÉSTIMOS DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS

[Resolução nº 038/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento para empréstimos de Equipamentos Tecnológicos – Tablets Educacionais do IFS.

AUXÍLIO FINANCEIRO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFS

[Resolução nº 039/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento da Concessão de Auxílio Financeiro da Assistência Estudantil do IFS, em caráter

CONCESSÃO DE BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSÃO, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E INTERCÂMBIO

[Resolução nº 041/2020/CS/IFS](#)

Referenda, com alterações, a Resolução nº 27/2020/CS/IFS que aprovou, Ad Referendum, o Regulamento de Concessão de Bolsas de Pesquisa, Extensão, desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio, no âmbito do IFS.

ALTERAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR

excepcional, com abertura de processo seletivo.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

[Resolução nº 040/2020/CS/IFS](#)

Altera, ad referendum, os artigos 17 e 56 do Regulamento de Ensino Remoto Emergencial no âmbito do IFS.

[Resolução nº 042/2020/CS/IFS](#)

Altera o artigo 8º do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe –IFS, para dar nova redação ao parágrafo sexto; e altera o caput do artigo quatorze do Regimento Interno do Conselho Superior do IFS.

Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PDTIC 2014-2019

[DELIBERAÇÃO Nº 06/2020/CGTIC/IFS](#)

Aprova a prorrogação do PDTIC 2014 - 2019 até dezembro 2020

FISCAL REQUISITANTE E TÉCNICO DO CONTRATO

[DELIBERAÇÃO Nº 07/2020/CGTIC/IFS](#)

Referenda a resolução 05.2020 que aprovou ad referendum a acumulação dos papéis de Fiscal Requisitante e Técnico do Contrato nº 01.2020.REI

NORMATIVOS EXTERNOS

ÉTICA PROFISSIONAL.

[DECRETO Nº 10.478, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.](#)

Altera o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

TERMO DE EXECUÇÃO

DESCENTRALIZADA.

[PORTARIA AEB Nº 269, DE 25 DE AGOSTO DE 2020.](#)

Estabelece procedimentos para a transferência de recursos da Agência Espacial Brasileira, mediante a celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED com órgãos e entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

GESTÃO DA OCUPAÇÃO

[PORTARIA SPU/ME Nº 20.549, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Aprova o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, versão 1.0.

DESJUDICIALIZAÇÃO.

[LEI Nº 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#); e altera a [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#), e a [Lei](#)

ACESSIBILIDADE.

[PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/MMFDH Nº 323, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais.

PADRÃO DIGITAL DE GOVERNO.

[PORTARIA SEGOV/PR Nº 540, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Disciplina a implantação e a gestão do Padrão Digital de Governo dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

ASSINATURA ELETRÔNICA e DESBUROCRATIZAÇÃO.

[LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de **softwares** desenvolvidos por entes públicos; e altera a [Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995](#), a [Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973](#), e a [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#).

CONTRATAÇÕES DE TIC.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 90, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Altera o § 2º do art. 2º da Instrução Normativa nº 2, de 4 de abril de 2019, para acrescentar hipóteses de inaplicabilidade da necessidade de aprovação, pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, de

[nº 8.212, de 24 de julho de 1991.](#)

CARGOS COMISSIONADOS

[DECRETO Nº 10.486, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.](#)

Altera o [Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019](#), que dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas – Sinc no âmbito da administração pública federal.

propostas de contratação de bens ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC com valor global estimado do objeto superior a 20 (vinte) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

NOTAS TÉCNICAS

PRISÃO TEMPORÁRIA e REMUNERAÇÃO.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº 35052/2020/ME](#)

Pagamento de remuneração de servidores públicos federais afastados em decorrência de prisão temporária.

AUXÍLIO-TRANSPORTE.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº 30479/2020/ME](#)

Pagamento de Auxílio-Transporte a servidor não atendido por transporte público.

AUXÍLIO-MORADIA.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº 35846/2020/ME](#)

Concessão de Auxílio-moradia além do prazo máximo previsto no art. 60-E da Lei nº 8.112, de 1990.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº 25513/2020/ME](#)

Consulta acerca da possibilidade de indenização da per capita de saúde à servidora gestante exonerada de cargo comissionado.

DESAVERBAÇÃO e ABONO DE PERMANÊNCIA

[NOTA TÉCNICA SEI Nº 10352/2019/ME](#) –

Desaverbação de tempo de contribuição previdenciária utilizado para concessão de Abono de Permanência.

INFORMATIVOS

Notícias

CORREIÇÃO.

[Nova edição de Jurisprudência em Teses traz compilado sobre processo administrativo disciplinar.](#)

TERCEIRIZAÇÃO e RESPONSABILIDADE.

[1ª Turma afasta responsabilidade subsidiária da União em obrigações trabalhistas.](#)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

[Instrução normativa sobre tomada de contas especial é modificada pelo TCU.](#)

DESPESAS DE PESSOAL e CENÁRIOS EXPLORATÓRIOS

[Ajustes nas despesas de pessoal do setor público: cenários exploratórios para o período 2020-2039.](#)

TELETRABALHO.

[Home office e os riscos trabalhistas.](#)

Artigos

COMPRAS PÚBLICAS e CENTRALIZAÇÃO.

[Compras públicas centralizadas em](#)

GOVERNANÇA DE TIC

[Modelo de maturidade em governança e gestão de TIC para o SISP.](#)

GESTÃO DE RISCOS

[situações de emergência e calamidade pública.](#)

CUSTOS.

[Análise de Custos em uma Instituição de Ensino Superior: um Estudo Aplicado no Instituto Federal do Tocantins.](#)

COMPRAS PÚBLICAS e EFICIÊNCIA.

[Eficiência na gestão universitária: contribuições do sistema de compras na Universidade de Brasília.](#)

COMPRAS PÚBLICAS e INOVAÇÃO.

[Um breve histórico sobre inovações em compras e licitações públicas no Brasil.](#)

GESTÃO DE CONFLITOS.

[Gestão de conflitos em organizações públicas: uma análise em órgãos municipais.](#)

COMPLIANCE.

[Compliance e autorresponsabilidade penal da pessoa jurídica: o modelo espanhol como referência para o Brasil.](#)

COMPRAS PÚBLICAS.

[As relações de poder que se configuram nas compras em universidades públicas: contribuição para os estudos dos documentos e da materialidade da informação.](#)

[Gestão de riscos: o método do COSO aplicado à gestão de uma unidade de informação.](#)

GOVERNANÇA

[Como avaliar a governança corporativa.](#)

COMPRAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

[Compras na Administração Pública: processos, transparência e sustentabilidade em aquisições e contratações.](#)

TERCEIRIZAÇÃO.

[Possíveis inconstitucionalidades na regulamentação da terceirização de serviços na administração pública federal: limites e perspectivas do Decreto nº 9507/2018.](#)

INTERDISCIPLINARIDADE.

[A interdisciplinaridade na administração pública: proposta de um modelo de avaliação Interdisciplinaridade na Administração Pública.](#)

PERIÓDICOS.

[Revista de Administração Pública v. 54, n. 4 \(2020\) – A resposta da administração pública brasileira aos desafios da pandemia](#)
[Revista Controle v. 18 n. 2 \(2020\).](#)

Atos

BOLETIM DO TCU.

[Boletim de Jurisprudência nº 323.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 324.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 326.](#)

[Boletim de Pessoal nº 82.](#)

ÉTICA PROFISSIONAL.

[Boletim Informativo nº 26 – setembro de 2020.](#)

INFORMATIVO DO STJ.

[Informativo n. 0676.](#)

INFORMATIVO DO TCU.

[Informativo de Licitações e Contratos nº 397.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 398.](#)

CAPACITAÇÃO

TEMÁTICA	NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA
Auditoria e Controle	Comissão de PAR	30h
	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia (ENAP)	40h
	Controle Social (ENAP)	20h

	Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos (ENAP)	30h
	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (ENAP)	20h
Dados, Informação e Conhecimento	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental (ENAP)	20h
	Análise de Dados em Linguagem R	20h
	Noções Gerais de Direitos Autorais (ENAP)	10h
Desenvolvimento Gerencial	Inteligência Emocional	50h
	Ágil no contexto do serviço público	15h
	A liderança pública em tempos de crise	10h
	Gestão Pessoal – Base da Liderança (ENAP)	50h
Educação e Docência	Temos que dar aulas remotas... E agora?	10h
	Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line	20h
	Formação de Conteudistas para Cursos Virtuais - Módulo 1	05h
	Formação de facilitadores de aprendizagem	40h
	Desenho Instrucional para Soluções de Capacitação Presencial	40h
Ética e Cidadania	Ética e Serviço Público (ENAP)	20h
	Acessibilidade em espaços edificados de uso público	20h
	Introdução à Audiodescrição	40h
	Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?	20h
	Primeiros passos para uso de Linguagem Simples	8h
	Introdução à Libras (ENAP)	60h
Gestão de Pessoas	e-Social para Órgãos Públicos – RPPS (ENAP)	20h
	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira (ENAP)	20h
	Provas no Processo Administrativo Disciplinar (ENAP)	20h
	SIAPE Cadastro (ENAP)	40h
	SIAPE Folha (ENAP)	40h
	Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD (ENAP)	40h
	FUNPRESP – A Previdência Complementar do Servidor Público Federal (ENAP)	40h
	Preparação para Aposentadoria – Caminhos (ENAP)	40h
	Teletrabalho e Educação a Distância	08h

	Noções básicas do Trabalho Remoto	10h
	Gestão de Equipes em Trabalho Remoto	20h
Gestão de Gestão de Políticas Públicas	Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais	05h
Gestão Estratégica	Introdução à Gestão de Processos (ENAP)	10h
	Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - Siorg	20h
	Planejamento Estratégico para Organizações Públicas (ENAP)	40h
	Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 (ENAP)	20h
Governança e Gestão de Riscos	Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (baseada na ISO 31000/2018)	20h
	Gestão em Ouvidoria (ENAP)	20h
	Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias (ENAP)	20h
	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria (ENAP)	20h
Governo Digital e Transparência	Defesa do Usuário e Simplificação (ENAP)	20h
	Sistema Eletrônico de Informações – SEI! USAR (ENAP)	20h
	Governo Aberto (ENAP)	40h
	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (ENAP)	10h
	Acesso à Informação (ENAP)	20h
	Elaboração de Dados de Planos Abertos (ENAP)	20h
	Governança de Dados	30h
	Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	15h
	Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR	20h
	Portal Gov.Br	40h
	Administração de Serviços na Nuvem de Governo	15h
Inovação	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público (ENAP)	10h
	Design Thinking para Inovação em Governo	10h
Logística e Compras Públicas	Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus (ENAP)	60h
	Formação de Pregoeiros	20h
	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos (ENAP)	30h
	Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) (ENAP)	30h
	Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações	30h

	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público (ILB)	35h
	Contratações Públicas (ILB)	60h
Orçamento e Finanças	Básico em Orçamento Público (ENAP)	30h
	Introdução ao Orçamento Público (ENAP)	40h
	Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (ENAP)	30h
	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (NRF)	30h
	Siafi Básico	35h
	Gestão de Finanças Pessoais	20h
	Orçamento Público	40h
	Siafi Ordens Bancárias	30h
Tecnologia da Informação	eMAG Conteudista (ENAP)	20h
	eMAG Desenvolvedor (ENAP)	30h

JULGADOS

CONTROLES E GOVERNANÇA

DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

[ACÓRDÃO Nº 2195/2020 – TCU – Plenário.](#)

9.1. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do RITCU, os arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 e o art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e oportunidade de publicar, quadrimestralmente, quadro consolidado das despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCCs) da União criadas no exercício, oriundas de leis e de medidas provisórias provenientes de todos os Poderes e órgãos autônomos, bem como de atos administrativos que tramitem por esse Ministério nos termos do art. 114, § 8º, inciso I, da Lei 13.898/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020), e dos respectivos dispositivos das Leis de Diretrizes Orçamentárias subsequentes, informando os critérios utilizados para a sua classificação, o aumento da despesa previsto no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como as medidas de compensação adotadas;

GESTÃO FISCAL.

[ACÓRDÃO Nº 2196/2020 – TCU – Plenário.](#)

Cumprimento das determinações previstas em dispositivos legais que dispõem sobre os relatórios de gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CORONAVÍRUS e CENTRO DE GOVERNO.

[ACÓRDÃO Nº 2092/2020 – TCU – Plenário.](#)

Acompanhamento que, nesta oportunidade cuida do terceiro relatório de acompanhamento de natureza operacional realizado com o objetivo de avaliar e acompanhar a governança do Centro de Governo – CG durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

GESTÃO DE PESSOAS

EXTINÇÃO DE PENSÃO CIVIL

[ACÓRDÃO Nº 2175/2020 – TCU – Plenário.](#)

9.1. com fundamento no artigo 16, inciso V, do Regimento Interno, fixar entendimento de que a pensão civil deferida a filha maior solteira, com base no artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958, somente poderá ser extinta, em caráter irrevogável, nas hipóteses em que a beneficiária:

- 9.1.1. ocupar cargo público permanente;
- 9.1.2. contrair casamento ou mantiver união estável;
- 9.1.3. perceber outros benefícios decorrentes da alteração do estado civil, como a pensão prevista no artigo 217, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.112/1990 e a prevista no artigo 74, combinado com o artigo 16, inciso I, da Lei 8.213/1991;

ADMISSÃO DE PESSOAL e AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA OFICIAL

[ACÓRDÃO Nº 8713/2020 – TCU – 2ª Câmara.](#)

1.7.1. determinar (...), com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que se abstenha de realizar admissões sem avaliação por junta médica oficial, prevista no art. 14, da Lei 8.112/1990, sob pena de aplicação de multa prevista na Lei 8.443/1992.

Fontes:

[IFS](#)

[Ementário de Gestão Pública - EGP](#)

[Escola Virtual Gov - EVG](#)

[Instituto Legislativo Brasileiro - ILB](#)

Unidade de Auditoria Interna do IFS

"Aqui se faz controle preventivo!"



This email was sent to [*|EMAIL|*](#)
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
[*|LIST:ADDRESSLINE|*](#)

[*|REWARDS|*](#)